

**A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E OS MILITARES PERSEGUIDOS**  
**DESAFIOS DE UM PASSADO NO TEMPO PRESENTE E FUTURO**  
**THE NATIONAL COMMISSION OF TRUTH AND PERSECUTED MILITARY**  
**CHALLENGES OF A PAST IN THE PRESENT AND FUTURE TIME**

**PAULO RIBEIRO DA CUNHA** | Professor de Teoria Política da Unesp.

**RESUMO**

O presente ensaio tem por objetivo apreender a problemática histórica e contemporânea dos militares perseguidos, suas lutas e motivações no período de 1946 a 1988; bem como defende, enquanto hipótese, que sua intervenção política constitui uma expressão legítima de uma presença em defesa da democracia no Brasil. Mas não somente: a intervenção militante desse grupo a favor das causas nacionais igualmente remete a um diagnóstico, desafio entre os muitos grupos de trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, particularmente frente ao número de militares perseguidos, ou pela especificidade seletiva da repressão que recaiu sobre os eles.

*Palavras-chaves: militares perseguidos; Comissão Nacional da Verdade; anistia; militância; democracia.*

**ABSTRACT**

This essay aims to grasp the historical and contemporary issues related to the military personnel who were persecuted, their struggles and motivations over the period 1946-1988. Advocates as hypothesis that its political intervention is a legitimate expression of a presence in the defense of democracy in Brazil. But not only: the militant intervention of this group for national causes also refers to a diagnosis, which represents a challenge to many working groups of the Comissão Nacional da Verdade, especially when taking into account the number of military personnel persecuted or the selective specificity of the repression that fell on them.

*Keywords: persecuted military; Comissão Nacional da Verdade; amnesty; militancy; democracy.*

**RESUMEN**

Este ensayo tiene como objetivo la comprensión de la problemática histórica y contemporánea de los militares perseguidos, sus luchas y sus motivaciones en el período 1946-1988; y sostiene, como hipótesis, que su intervención política es una expresión legítima de una presencia en la defensa de la democracia en Brasil. Pero no sólo: la intervención militante de este grupo en favor de causas nacionales también se refiere a un diagnóstico, desafío entre los muchos grupos de trabajo de la Comissão Nacional da Verdade, en particular en relación con el número de militares perseguidos, o la especificidad selectiva de la represión que cayó sobre ellos.

*Palabras clave: militar perseguido; Comissão Nacional da Verdade; amnistía; militancia; democracia.*

Um depoimento pessoal: a intelectualidade e as demais camadas do povo brasileiro não julguem o Exército por alguns encarregados de IPMs e por indivíduos que se fazem passar por oficiais. Acontece que sou militar e conheço a minha gente: os soldados do Brasil, os autênticos, estão tão envergonhados disso tudo quanto o nosso povo (Sodré, 1965, p. 132-133).

Ao avaliarmos o enfoque proposto na titularidade deste ensaio sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV), enquanto uma problematização relacionada às Forças Armadas, especialmente a complexa questão sobre os *militares perseguidos* e a política no processo histórico brasileiro, percebe-se que os desafios são enormes, para não dizer inconclusos. Basta ver, por um lado, que estudos correspondentes à temática são relativamente recentes, embora crescentes e inovadores nos últimos anos, como temos visto com a edição de inúmeras publicações e eventos como os da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Por outro lado, em que pese sua tardia formação, é importante ressaltar que essa iniciativa da CNV não é uma iniciativa isolada; muito pelo contrário, encontra positiva ressonância na formação de comissões da verdade espalhadas por diversos estados, sem deixar de mencionar a formação de comissões municipais, universitárias, e mesmo de algumas categorias profissionais como advogados e jornalistas, além da comissão dos estudantes, patrocinada pela União Nacional dos Estudantes (UNE).<sup>1</sup>

Quanto aos *militares perseguidos*,<sup>2</sup> o objeto maior deste ensaio, esse grupo apresenta uma singularidade quando comparado aos demais 13 grupos de trabalho da CNV.<sup>3</sup> Ignorados ou parcamente reconhecidos nas lides acadêmicas bem como nas escolas militares, esses oficiais e praças foram atores importantes na história do Brasil, cujo arco político e ideológico envolvia nacionalistas, progressistas ou de esquerda, incluindo membros das Polícias Militares e bombeiros.

Com efeito, antes de desenvolvermos alguns apontamentos dessa problemática, vamos pontuar, mesmo que brevemente, aspectos sobre a formação desse grupo, suas motivações, e particularmente o desafio de um resgate para a história e sua importância enquanto memória coletiva, que é também democrática. Isso não deixa de apresentar outros desafios, já que além desses militares se apresentarem como atores políticos na história, se constituem

---

1 Sobre essa questão, ver *CNV estreita cooperação com comissões da verdade estaduais e municipais*, disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-09-30/cnv-estreita-cooperacao-com-comissoes-da-verdade-estaduais-e-municipais>>.

2 Sobre este grupo e seus objetivos, ver o site: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/veja-todos-os-grupos-de-trabalho/51-perseguido-a-militares>>.

3 Grupos de trabalho da CNV: Araguaia; Contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; Ditadura e gênero; Ditadura e sistema de Justiça; Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; Estrutura de repressão; Mortos e desaparecidos políticos; Graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; O Estado ditatorial-militar; Papel das igrejas durante a ditadura; Perseguição a militares; Violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil.

enquanto grupo militante em um período historicamente longo, praticamente todo o século XX. Por essa razão, não é de se estranhar que a possibilidade de apreensão dessa memória, mas também da verdade e da justiça, constitui um outro desafio, até porque eles são muito influenciados pela etapa histórica anterior ao período de 1946 a 1988.

Este é um aspecto dessa problematização. A despeito das controvérsias sobre sua tardia formação, e sobre se a investigação da CNV não deveria abordar apenas o período pós-golpe civil-militar de 1964, concretamente há que se reconhecer as limitações do prazo institucional que a Comissão dispõe para entrega de seu relatório, sem deixar de mencionar as dissonâncias internas, algumas advindas da heterogeneidade de seus membros, que têm refletido negativamente em sua agenda de trabalho, ao menos por um tempo. Não cabe resgatar essa polêmica, já de conhecimento público por meio de manifestações de seus membros ou artigos na imprensa,<sup>4</sup> mas ao que tudo indica suas conclusões finais, *a priori*, serão parciais. Teremos muito mais *um ponto de partida* para uma reflexão maior, a ser construída futuramente.

Inicialmente, é importante registrar que o *grupo militares perseguidos* é bem representativo por sua intervenção política em nossa história, e mesmo com um componente de formação democrática, essa militância não ficou isenta de consequências. Coletivamente ou individualmente, muitos *pagaram um preço* nas suas carreiras, que não foi pequeno. Centenas de praças foram expulsos das Forças Armadas nos anos de 1950, e mesmo com a absolvição de muitos deles, não foram reintegrados. Entre os oficiais, não foram poucos os que passaram a ter suas carreiras pautadas em promoções por antiguidade, sem deixar de mencionar exílios em guarnições distantes, com transferências que fugiam às normas castrenses. Como descreve Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 78), essa política não foi diferente em 1964:

Os expurgos nas Forças Armadas durante o primeiro ano tiveram dupla função: eliminar todo o pessoal militar que estivera estreitamente associado ao governo anterior e estabelecer a predominância da ESG e da extrema-direita. Foi necessário eliminar militares democratas e nacionalistas que poderiam se opor às políticas de intensificação da repressão declarada e de favorecimento às corporações multinacionais. Era essencial a eliminação de tais grupos das Forças Armadas.

Um dado relacionado a esse grupo chama a atenção: enquanto categoria social comparada às demais atingidas pela repressão, a “taxa de punições políticas no Brasil pós-1964 foi proporcionalmente mais alta na área militar” (Marcus Figueiredo apud Machado, 2006, p. 81). Mesmo que esses números ainda não estejam totalmente contabilizados, a política expurga-

---

4 Sobre essa polêmica, sugiro ver o ‘O trabalho de Sísifo da Comissão Nacional da Verdade’, de Edson Teles e Renan Quinalha, em *Le Monde Diplomatique*, 29 de outubro de 2013; e o relatório *Um ano de Comissão da Verdade: contribuições críticas para um debate público*. Rio de Janeiro: ISER - Instituto de Estudos da Religião, 2013.

tória independeu de patentes, atingindo todos os níveis da hierarquia das três armas, com milhares de oficiais e praças expulsos.<sup>5</sup>

Na verdade, essa política não se limitou à primeira fase do golpe de 1964, pois teve continuidade, mesmo com alguns deles estando na reserva; atingindo outros na ativa, incluindo policiais militares. Nas décadas seguintes, além de atingidos profissional e financeiramente, esses militares arcaram ainda com uma punição moral. Constantemente vigiados, presos em várias ocasiões, impedidos de exercer suas profissões, sem falar da repressão que se abateu sobre os praças e conscritos nos anos de 1970 e 1980, um dado novo que emergiu em depoimentos recentes. Retornaremos a esse ponto ao final do ensaio.

## DESAFIOS DE UM PASSADO

É fundamental um breve resgate histórico, não somente para a Comissão Nacional da Verdade, mas principalmente para as próprias instituições militares e as novas gerações. Há muito que se orgulhar desses militares e de sua intervenção política na história, seja em defesa das causas nacionais, ou da legalidade democrática. Na verdade, esta intervenção é correlata à história do Brasil, e as origens desse grupo se inserem na melhor tradição do Exército brasileiro desde a Proclamação da República, passando pela presença militante no movimento tenentista, articulados politicamente de alguma forma, mesmo na época, às causas democráticas e republicanas. Esta concepção, enquanto tese e objeto de muitas controvérsias, encontra fundamento nas leituras e reflexões de um militar cassado e perseguido no pós-1964, o historiador Nelson Werneck Sodré, cuja obra sobre o Brasil abrange 56 livros e milhares de artigos.

Não obstante, há outros apontamentos. Essa formação democrática no período que ora tratamos – 1946 a 1988 –, cuja temporalidade os trabalhos da CNV se impõem, tem origem numa passagem histórica anterior, em duas mediações. Nelas, o papel que os militares desempenharam é até controverso, mas suas lições refletiriam em uma escola de formação democrática e legalista para a geração pós-1946, e as subsequentes, incluindo os militares de esquerda.

A primeira foi o Levante de 1935, uma insurreição nacional libertadora para alguns analistas, intentona comunista para outros, cuja leitura entre os últimos se apresenta muito articulada aos setores que hegemonizaram o ensino nas escolas de formação militares. Sua apreensão adquiriu contornos de uma política excludente de diálogo entre os militares, e veio a ser uma leitura quase que oficial nas décadas subsequentes, especialmente pela tese que sustentava de que o movimento de 1935 foi articulado em Moscou, sob a determinação direta da Internacional Comunista (IC); ou a falácia de que houve “mortes” na calada da noite, não em combate. Guardadas

---

5 Como indica o relatório *Brasil nunca mais*, procurou-se “executar uma intervenção cirúrgica que não deixasse intacto qualquer núcleo capaz de reanimar o espírito rebelde que se espraiara nas armas durante as lutas nacionalistas e em defesa das ditas reformas de base. A pequena incidência de processos atingindo militares nos anos posteriores parece significar que, nesse campo, a cirurgia foi encetada com êxito” (Perfil dos atingidos, 1987, p. 120).

as polêmicas, o movimento de 1935 refletiu posteriormente nos oficiais comunistas e de esquerda uma concepção democrática totalmente contrária a quarteladas. Em 1938, o próprio PCB já reorientava seus militantes nas Forças Armadas para a política de *união nacional*.

Um dado a mais merece atenta reflexão, embora não seja o único nesse processo de polarização entre os militares nos anos de 1946 a 1964. Já havia nessa linha, uma política com o general Góes Monteiro, cuja doutrina teve por objetivo acabar com a política no Exército, e realizar a política do Exército, leia-se do Alto Comando. Entretanto, nos anos subsequentes à Guerra Fria, o Levante de 1935 se constituiria em um paradigma difícil de ser rompido, especialmente pelo anticomunismo, enfocando nessa polarização um arco que envolvia militares comunistas, nacionalistas, mesmo eles estando posicionados conjuntamente em defesa da legalidade democrática (Motta, 2002; Vianna, 2007).

Essa mediação não refletiu somente na política, mas também na formação contemporânea dirigida aos militares. As obras de Nelson Werneck Sodré, especialmente os clássicos *Memórias de um soldado* (1967) e *História militar no Brasil* (2010), até bem pouco tempo não estavam disponibilizadas aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Outro exemplo de exclusão à esquerda no ensino militar é a Coluna Prestes, estudada enquanto movimento em muitas instituições militares do mundo, mas nas nossas escolas militares ensinada, quando muito, como tática. Seguramente, uma revisão curricular em nossas instituições militares deve ser uma recomendação mais do que importante a ser considerada ao final dos trabalhos da CNV.

Há outro aspecto correlato a ser ressaltado historicamente: as anistias relacionadas aos levantes militares na história republicana tiveram uma característica de serem *socialmente limitadas*, a exemplo da revolta dos marinheiros, também chamada Revolta da Chibata, em 1910, cuja anistia foi promulgada pelo Congresso Nacional em 1997; mas as subsequentes a 1935, foram *ideologicamente norteadas*. Nas décadas que se seguiram, todas as manifestações de militares nacionalistas e de esquerda foram tratadas de forma contrária às rebeliões golpistas dos militares de direita. Os primeiros comumente expulsos, sem a menor possibilidade de reintegração. Na tentativa de golpe integralista em 1938, seus membros foram reintegrados e reincorporados às Forças Armadas. Não seria diferente com relação às demais tentativas golpistas, todas advindas da extrema-direita militar nos anos vindouros até 1964 (Cunha, 2010).

A segunda mediação, que seguramente influenciará as gerações de militares, entre eles muitos daqueles que se constituem objeto desse grupo, é a intervenção da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, uma escola de cidadania e democracia, além de combate. Na FEB alistaram-se muitos militares de esquerda, comunistas, e houve inicialmente um filtro ideológico, logo amenizado. Alguns militares de esquerda foram barrados por terem participado da guerra civil espanhola; outros incorporados, mesmo tendo um passivo cuja origem incluía a participação no Levante de 1935. A razão de terem sido aceitos, é que muitos oficiais convocados, alguns deles primeiros colocados, manobram politicamente para não irem à guerra (Bonalume Neto, 1995, p. 129; Ferraz, 2012).

Não cabe aprofundar neste ensaio a participação brasileira na guerra, objeto de vasta literatura, mas é necessário pontuar que nos campos de batalha italianos foi elaborado um manifesto político, *FEB: símbolo de união nacional*, assinado por centenas de oficiais, a maio-

ria tenentes e capitães. Contemporaneamente, é um documento bem pouco conhecido, e que teve um papel importante na queda do Estado Novo. Entre aqueles que o subscreveram, havia dezenas de militares nacionalistas e de esquerda que atuavam pela legalidade democrática no período posterior a 1946 até 1964, e também depois do golpe civil-militar de 1964 (Penna, 2009). Alguns ainda vivos, dignificam a história com um depoimento à Comissão Nacional da Verdade. A eles outros militares se somaram nessa fase última até 1988, se constituindo o amplo leque de militares que perfaz atualmente o *Grupo de Militares Perseguidos*.

## DESAFIOS DE UM TEMPO PRESENTE

No entanto, há mais um dado a ser revelado: a agenda de intervenção política ou militante desse grupo denominado *militares perseguidos* foi nucleada entre 1946 até 1964 na *defesa da legalidade democrática*, seguida de uma segunda agenda no pós-64 até 1988, pautada na luta pela *restauração da democracia*. Aliás, um pouco mais, já que a luta pela efetivação de seus direitos continua com uma agenda de *democratização* das Forças Armadas e das Polícias Militares. Basta constatar a agenda dos novos movimentos de oficiais e praças nas Forças Armadas, o *capitanismo* e a *APEB*, que emergiram no cenário pós-Constituição de 1988, bem como as quase três centenas de greves e paralisações das várias corporações policiais espalhadas pelo país.<sup>6</sup> Mas esse é outro debate.

Por essa razão, mesmo que brevemente, vamos iniciar alguns apontamentos sobre a presença dos militares na política, especialmente no processo democrático que emergiu após o Estado Novo. Essa presença foi bem significativa, envolvendo membros das Forças Armadas em várias agremiações partidárias, lembrando ainda que os dois principais candidatos presidenciais eram militares. Em todos os escrutínios até 1964, houve ao menos um candidato militar concorrendo à sucessão, sem falar de dezenas, talvez centenas deles, concorrendo a cargos legislativos. Muitos foram eleitos por vários partidos, bem como por diferenciadas tendências políticas e ideológicas. A União Democrática Nacional (UDN), partido de direita, teve ramificações internas nas Forças Armadas até 1964, e um grupo organizado de militares ligados à agremiação recebeu a alcunha de UDN fardada ou UDN militar.

Não obstante, o recorte inicial que remete aos militares que irão compor o campo dos perseguidos é o dos vinculados ao Partido Comunista, entre outros, como aqueles filiados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), agremiação que contava nessa fase de redemocratização com militares históricos de prestígio como Herculino Cascardo e Miguel Costa, ambos com rica biografia política e militante associada à defesa da causa democrática. Entretanto, dezenas de oficiais e praças concorreram a cargos legislativos pela sigla do PCB, e entre os 15 parlamentares eleitos ao Congresso Nacional, um terço era de origem militar, sendo o capitão Luiz Carlos Prestes, o senador mais votado da história.

---

6 Sobre esses movimentos, ver: *OESP*, 12/2/2012; *Veja*, 15/1/2012; *Carta Capital*, n. 270, p. 28 a 35; *Folha de São Paulo*, 28/12/2008 e 23/1/2009; *Isto É*, 21/5/2010.

Retomando o argumento, o Partido Comunista emergiu nesse processo afinado à política de *união nacional*, política que confrontava os ventos da Guerra Fria no pós-46, cujo efeito maior internamente foi demonstrar que a democracia no Brasil tinha limites intrínsecos à ordem burguesa. Tanto é que ocorreu a cassação do registro do PCB em 1947, seguida da perda dos mandatos dos parlamentares comunistas em 1948. O elemento novo que emerge enquanto reação é outro. Mesmo com uma rotação à ultraesquerda do PCB, o interessante é avaliar como essa política se refletiu entre os militares comunistas, cuja leitura esquerdizante foi praticamente nula entre os oficiais. São muitos os relatos de seus compromissos em *defesa da legalidade democrática*, contrariando inclusive a orientação partidária pautada nas teses do Manifesto de Agosto, que mais uma vez previa o assalto ao poder.

As lições de 1935 foram aprendidas e mesmo nos demais setores em que o Partido Comunista tinha influência, a esquerdização encontrou pouco efeito. De fato, havia uma radicalidade maior entre os praças, já que um sargento com 29 anos de serviço, faltando pouco para a reforma, podia ser expulso a qualquer hora do Exército, independente das circunstâncias, portanto eram militares que não tinham direitos de estabilidade assegurados. Nada diferente de outras rebeliões anteriores, como a já citada Revolta da Chibata, ou as revoltas dos sargentos em 1915/1916.

Em outras palavras, sustentamos a tese de que os militares sempre se envolveram ou foram envolvidos na política e na história do Brasil. A presença militante desse grupo em um quadro de extrema combustão que foi a Guerra Fria não seria diferente no pós-1946. Para não me alongar, cito o exemplo de uma intervenção democrática associada às causas nacionais, cujos reflexos se fazem presentes contemporaneamente: a luta pelo Petróleo é Nosso, seguida de um posicionamento contrário ao envio de tropas brasileiras à Guerra da Coreia, e, por fim, contra a internacionalização da Amazônia (Moraes, 2011; Sodré, 1967).

Vale chamar a atenção sobre esses episódios. Pela primeira vez na história, uma chapa nacionalista e de esquerda ganharia as eleições no Clube Militar, tendo a instituição uma das mais significativas passagens de sua história. A conquista maior dessa luta foi o monopólio do petróleo e a criação da Petrobrás, cujo reflexo contemporâneo é o pré-sal. As consequências, no entanto, foram danosas para esses militares, pois a maioria teve suas carreiras abortadas, ao serem exilados para guarnições distantes. O reflexo desse debate sobre as causas nacionais não encontrou guarida somente entre os oficiais, mas repercutiu entre os praças, sargentos e marinheiros das três Armas. Os dados não são conclusivos, contudo consta que um mil deles foram presos, centenas expulsos, além de prisões de oficiais e torturas em muitos casos (Sodré; 2010, p. 397 e ss.). Alguns ainda desse tempo, buscam a anistia na virada do século.

A despeito da repressão, essa política de intervenção teve prosseguimento até 1964, e esses militares tiveram um papel importante na defesa da legalidade democrática. Alguns atuaram em apoio ao golpe do general Lott e a favor da posse de Juscelino Kubistchek, aliás o único golpe de fato reconhecido a favor da democracia; outros intervieram contra o golpismo nas Revoltas de Jacareacanga e Aragarças; ou a tentativa de obstaculizar a posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros em 1961 (Carloni, 2012). Além de esses movimentos golpistas serem capitaneados por oficiais da extrema-direita, estes foram posteriormente anistiados, reincorpo-

rados e reintegrados às Forças Armadas. O curioso é que a anistia de 1961 igualmente procurou contemplar oficiais que atuaram em defesa da legalidade democrática, mas que se viram punidos. Alguns oficiais legalistas recusaram a anistia, e mais ainda, entendiam que a punição posta em suas folhas de serviço era, sobretudo, uma condecoração (Sodré, 1967, p. 549).

Em 1962, portanto, não muito tempo depois desses acontecimentos, outra chapa nacionalista e de esquerda disputou o controle do Clube Militar, cuja composição tinha entre seus membros oficiais conservadores à frente, como o general Peri Bevilaqua, e heróis da FEB, como o coronel Castor da Nóbrega. Sob a acusação de manobras espúrias realizadas pela direção do Clube, a chapa nacionalista foi derrotada, levando o resultado na Justiça, porém sem efeito em virtude do golpe de 1964 (Cardoso, 2008).

Por fim, entre 1963 e 1964 vários movimentos de praças e marinheiros emergiram no cenário político, cujas reivindicações estavam inseridas em um processo de adesão às reformas de base, mas igualmente em defesa de questões corporativas. Essas revoltas aconteceram no pré-golpe de 1964, e nelas estava posta uma agenda em defesa da democracia e de seu aprofundamento, democracia que afiançaram em sua radicalidade, mesmo que limitada (Paruker, 2009; Almeida, 2012; Silva, 2011).

Em 1964, acontece o golpe civil-militar. Aliás, a própria terminologia *golpe civil-militar* é controversa, embora ganhe gradual consenso, e, mais ainda, uma original reflexão sobre seu significado. Quanto aos *militares*, esse foi o grupo proporcionalmente mais perseguido, e mesmo não havendo números exatos, acredita-se que 7.500 militares foram atingidos, sem falar em cassações, reformas, aposentarias e demissões do serviço público por atos discricionários. Um dado a mais se refere ao assassinato de 27 militares e soma ainda dez militantes mortos cuja origem era militar, em que pese, naquela ocasião, já não estivessem mais na ativa. Seguramente, esses números devem ser maiores, especialmente quando forem contabilizados os policiais militares. Nesse cômputo, uma triste constatação: diferente de 1935, quando houve uma forte repressão sobre as praças e os oficiais respeitados em suas patentes, em 1964 muitos oficiais foram presos e torturados (Sodré, 1967, p. 628; Tércio, 2002, p. 70, 71 e 96; Frota, 2006, p. 221 e 251).

Contudo, a agenda desse grupo no pós-1964 seria norteada fundamentalmente por uma intervenção política na luta pela redemocratização. Desses oficiais e praças, uns elegeram o caminho do exílio; outros optaram pela luta armada; e não cabe neste ensaio aprofundar a análise se essa opção política significou perigo para os novos donos do regime. Legítimas enquanto formas de resistência, ao que tudo indica, não tiveram significado maior como ameaça ao regime militar; muito pelo contrário, as dissonâncias mais graves no pós-1964 vieram de grupos militares de direita e extrema-direita se digladiando para impor seu projeto. Os casos Parasar e Riocentro são as faces mais conhecidas desses conflitos, mas houve dissensões e quase levantes permeando todo o processo dos 21 anos de regime militar, especialmente nos períodos de sucessão presidencial (Martins Filho, 1995; Chirio, 2012).

Outrossim, a luta pela *restauração da democracia* é que nortearia politicamente o grupo mais significativo dos *militares perseguidos*, com uma agenda fundamentalmente democrática, atuando em entidades constituídas com esse objetivo; ou em alguns casos, com uma dis-

creta militância nos partidos de oposição. Entre as entidades, vale destacar no Rio de Janeiro a Associação dos Militares Cassados (AMIC); a Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM), a Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA); em São Paulo, a Associação de Militares Anistiados e Anistiandos das Forças Armadas do Brasil (Amafabra), e a Entidade Nacional dos Civis e Militares Aposentados da Reserva (Acimar), entre outras correlatas com este objetivo espalhadas pelos estados.

A perseguição não cessou com a política de cassação em 1964, muito pelo contrário. O brigadeiro Francisco Teixeira teve sua casa incendiada por uma facção da direita militar.<sup>7</sup> Heróis de guerra como o brigadeiro Rui Moreira Lima e o brigadeiro Fortunato tiveram que se reconstruir profissionalmente em outras atividades, até porque uma *portaria secreta* da Aeronáutica os proibia de voar, portanto de exercer suas profissões. Medida restritiva também atingiria os oficiais cassados na Marinha do Brasil, impedidos de conseguirem a carta de piloto da Marinha Mercante, como relatou em depoimento à CNV o então primeiro-tenente Carlos Schueler.

Estes não foram os únicos *militares perseguidos* por suas posições democráticas, e podemos citar mais alguns casos. O tenente-coronel da FAB Paulo Mello Bastos, piloto com milhares de horas de voo, veio a exercer no Rio de Janeiro a profissão de chofer de táxi; outro aviador, o major Sérgio Cavalari, trabalhou numa rede de joalheria; e muitos oficiais e praças atuaram como professores de cursinho ou em faculdades, como o tenente Bolivar Meireles, ou até exerceram profissões inusitadas bem distantes de sua formação de militar, como o ex-capitão Eduardo Chuay que trabalhou como editor, e o ex-capitão de mar e guerra Fernando de Santa Rosa, que atuou como advogado.

Além disso, esses militares foram muito vigiados e acompanhados nas décadas seguintes ao golpe de 1964. Um exemplo é o general e historiador Nelson Werneck Sodré, que ao confrontar a ditadura, vivenciou as agruras impostas pela política de segurança nacional aos considerados “inimigos internos” da nação, como lembra Cardoso (2013). O general respondeu a longos interrogatórios no Dops, foi preso por dois meses, e além de ter alguns de seus livros proibidos e confiscados, não pôde conceder entrevistas a jornais e revistas.

Em 2013, veio à tona a razão da censura da novela *Roque Santeiro* da TV Globo, em 1975, portanto já no governo Geisel, quando já se sinalizava a distensão. A partir de um relato biográfico do ex-diretor da emissora, o Boni, a censura e posterior interdição da novela decorreu de uma observação de Nelson Werneck Sodré a Dias Gomes, cujos telefones estavam ilegalmente grampeados. Como os censores não conseguiram perceber a substância de sua crítica, fizeram cortes a roldão, e o resultado foi a opção de retirada daquela versão pela Rede Globo, sendo substituída por outra novela.<sup>8</sup> *Roque Santeiro* ganhou cores e cara nova somente anos depois, em 1985, com considerável sucesso.

---

7 Depoimento em vídeo de Iracema Teixeira, esposa do brigadeiro Francisco Teixeira, na audiência pública sobre militares perseguidos pela ditadura, realizada pela Comissão Nacional da Verdade em 4/5/2013, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=KI9-4BxBeb8>>.

8 Sobre essa questão, ver artigo em <<http://www.teledramaturgia.com.br/tele/roque85b.asp>>.

Caso igualmente lamentável é o relatado pelo coronel Ivan Cavalcante Proença, cuja carreira foi abortada em 1964 em razão de defesa dos estudantes da UFRJ, ameaçados por policiais la-cerdistas. Autor de vários livros de literatura, filho do eminente general Cavalcante Proença, um intelectual de prestígio e instrutor na Aman, Proença também registrou em seu livro biográfico a constante vigilância e patrulhamento que sofreu nos anos subsequentes ao golpe, não sendo poucos os empregos que não pode exercer em escolas, ou concursos em que foi impedido de assumir; sem falar as praticamente trimestrais visitas ao Dops durante anos (Proença, 2013). Marujos e fuzileiros como Paulo Novaes Coutinho, Dilson da Silva, Wanderley Rodrigues da Silva, João Barroso, entre outras centenas de praças do Exército e da Aeronáutica, não tiveram direito algum. A maioria teve que recomeçar do zero, em novas profissões (Almeida, 2012; Silva, 2011).

Em setembro de 1968, antes da decretação do AI-5, alguns cadetes aviadores da FAB, com paixão pela leitura e o cinema, organizaram *ingenuamente* um círculo de leitura e debates na Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, à época em transição para a Academia da Força Aérea (AFA) em Pirassununga. O local dessas atividades era o cinema da unidade e as reuniões literárias de conhecimento dos colegas. Os livros e filmes eram adquiridos ou alugados no mercado. Do grupo de cadetes investigados, três deles de uma mesma turma foram sumariamente desligados da FAB sob a acusação de *inaptidão para o oficialato*, e absolvido um quarto cadete do último ano, que seguiu carreira com restrições até deixar o serviço ativo.<sup>9</sup> Anistiados em 2005, devido à localização de um documento reservado do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), seu conteúdo expôs a real motivação política que norteou o desligamento, pois no documento lia-se que o Círculo do Livro seria “uma espécie de grupo de estudos de teses marxistas, para cujas hostes tentaram aliciar os cadetes”.<sup>10</sup>

Casos como esses demonstram que o *festival de besteiras que assolou o país (Febeapá)*,<sup>11</sup> crítica comum na sociedade enquanto expressão de uma crônica política satírica de antes de 1964, teve continuidade nas décadas subsequentes ao golpe civil-militar, pois tornou-se uma preocupação especial na caserna as manifestações políticas e ideológicas operacionalizadas no plano cultural e artístico, um dos canais críticos ao regime, cuja preocupação não diminuiu até meados dos anos de 1980, para não dizer até bem recentemente.

No pós-1964, soma ao *grupo de militares perseguidos* dezenas, talvez centenas de policiais cassados e perseguidos. Em 1975, policiais paulistas amargaram prisão e torturas; aliás, salvo engano, é o único grupo que seria reincorporado à instituição quando da redemocrati-

---

9 Desligados da instituição, os cadetes Artur Vieira dos Santos, Carlos Alberto Medeiros, Edmundo de Souza Vieira Júnior. O quarto cadete investigado, Sued Lima, era de outra turma, e foi absolvido, mas continuou sua carreira sob forte suspeição do Cisa, sendo reformado em 1988 na patente de coronel. É pesquisador da temática relações civis e militares, compôs o NEST/UFF e é um dos fundadores do Observatório das Nacionalidades, vinculado à Universidade Estadual do Ceará, bem como do Conselho Editorial da revista *Tensões Mundiais*.

10 Documento confidencial do Cisa, Ministério da Aeronáutica, informação 0670. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

11 Expressão associada ao cronista Stanislaw Ponte Preta, do jornal *Última Hora*, que sistematicamente expunha em sua coluna, particularmente com a censura, aquilo que intitulou Febeapá.

zação, embora por pouco tempo. Outros policiais duramente atingidos foram os da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Há indicativos de casos correlatos em corporações policiais dos demais estados, como Minas Gerais, porém ainda sem maiores informações. Com a redemocratização, praças, conscritos e bombeiros denunciaram prisões, torturas, alguns por estarem lendo livros já disponíveis nas livrarias. Um deles relatou numa audiência pública na ABI, que foi torturado e expulso nos anos de 1980 por ter em mãos um exemplar do livro de Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro*.<sup>12</sup>

Revelações outras, algumas bem surpreendentes, surgiram de forma contundente em depoimentos e entrevistas recentes. Uma delas, é que a perseguição não se limitou aos militares, mas também às suas famílias. Sabia-se que suas esposas recebiam como viúvas de maridos vivos, mas há relatos de constrangimentos a seus filhos nas escolas, ameaças, expulsões e mesmo prisões. Casos graves e igualmente dramáticos vieram à tona, como o que aconteceu em 1965 com o sargento da Aeronáutica Mário Mota Rodrigues, atual coronel reformado e pai de duas filhas, uma delas adotiva. Em relato ao jornalista Emílio Sant'Anna Neto (2005), foi dito que a primeira filha foi proibida de realizar sua matrícula em um colégio católico na cidade de São Paulo pela acusação de ter um pai comunista. Sob a mesma alegação, sua segunda filha, então com 13 anos, teve retirada a condição de adotada.

Como esse, temos o caso de Eugenia Zerbini, filha do general cassado Euryale de Jesus Zerbini. Em visita à sua mãe, a advogada Therezinha Godoy, presa no DOI/Codi de São Paulo, em 1970, Eugenia aos 16 anos foi violentada dentro daquela instituição por um agente da repressão.<sup>13</sup> Passadas décadas daquela sexta-feira 13, somente em fins de 2013 ela teve força para trazer esse acontecimento a público. Lamentavelmente, esse não foi um caso isolado entre os familiares de militares e suas mulheres. No ano de 1973, Genivalda Maria da Silva, viúva do ex-cabo da Marinha José Manoel da Silva, assassinado sob torturas pela equipe do delegado Fleury, foi presa, torturada e estuprada por soldados do Exército.

Uma segunda revelação refere-se às políticas normativas relacionadas aos militares anistiados, que deveriam ser objeto de efetivação, mas têm encontrado obstáculos burocráticos e políticos, que remetem em última instância à esfera jurídica governamental via Advocacia Geral da União (AGU) e os comandos militares. Em depoimentos à CNV, militares cassados denunciaram que ainda persiste uma política discriminatória, cujo resultado final tem sido a perda de direitos; leia-se, está em curso um processo de desanistia.<sup>14</sup> Ao mesmo tempo,

---

12 Depoimento de Luiz Cláudio Monteiro na audiência pública sobre militares perseguidos pela ditadura, realizada pela Comissão Nacional da Verdade em 4/5/2013, na ABI, disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=7B2lFo8n0G0&list=PL9n0M0lxl2jfu8pdAYm7iHaxbaq0yR9qI&index=11>>.

13 Revista *Brasileiros*, número 74, p. 52 a 57, set. 2013.

14 Depoimentos dos capitães de mar e guerra Fernando de Santa Rosa e Luiz Carlos Moreira na audiência pública sobre militares perseguidos pela ditadura, realizada pela Comissão Nacional da Verdade em 4/5/2013, na ABI. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Q1CfV4fJHYI&list=PL9n0M0lxl2jfu8pdAYm7iHaxbaq0yR9qI&index=4>>; e, <<http://www.youtube.com/watch?v=KQoOx4kRHS0&list=PL9n0M0lxl2jfu8pdAYm7iHaxbaq0yR9qI&index=2>>.

um documento público patrocinado pela ADNAM, a *Carta do Rio de Janeiro*,<sup>15</sup> expressou essa posição, e numa passagem denuncia que

O Estado brasileiro, através das Forças Singulares (Exército, Marinha e Aeronáutica), continua qualificando “os ex-cassados” como ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES, ao invés de MILITARES INATIVOS [...] uma vez que esses intérpretes insistem em colocar os militares anistiados num inexistente REGIME JURÍDICO DO ANISTIADO POLÍTICO MILITAR, quando só existe um REGIME JURÍDICO para os militares, que é o regulado pelo seu Estatuto.

Por fim, vários militares que voltaram do exílio com a anistia e mesmo aqueles que atuavam legalmente na resistência democrática ou estavam distante de qualquer presença na política, denunciaram uma constante vigilância e até tentativas de assassinato. Isso ocorreu até bem recentemente. Um deles, Pedro Lobo, relatou em suas memórias situações grotescas da época quando administrava um sítio no interior de São Paulo. Cansado desse cerco, não passou recado, e se reportando pessoalmente ao oficial responsável pelo serviço secreto de uma unidade militar próxima à sua cidade, afirmou que os agentes trabalhavam muito mal, pois “deixam um rastro de elefante [...] quando chegamos a minha casa, já sei que se trata de policiais” (Laque, 2010, p. 592).

## DESAFIO DE UM TEMPO FUTURO

Estas breves linhas demonstram o desafio desse resgate bem como da construção de um efetivo diagnóstico sobre os *militares perseguidos*. Muitos já se foram, mas é de fundamental importância um parêntese: não cabe neste resgate histórico, que é também memorialístico, a crítica às instituições militares ou mesmo à maioria dos militares dessa época; ou que os contemporâneos sejam colocados em xeque como afiançadores da ação de alguns torturadores. Muito pelo contrário. Nessa linha de conduta é que se apresentou, em recente depoimento público, o coronel Brilhante Ustra, assumindo sua intervenção como a personificação do Exército no banco dos réus.<sup>16</sup> Evidentemente, ele não é um caso isolado.

Contudo, há relatos de militares que participaram do golpe de 1964, mas que em entrevistas ou depoimentos têm reavaliado honestamente o período, alguns realizando sinceras autocríticas sobre a conveniência ou não em depor um presidente constitucionalmente eleito em 1964; outros nem tanto, mas lamentando, em sua maioria, a continuidade do regime militar por mais de duas décadas, com as consequências desse fato sobre a imagem das instituições e as novas gerações (Contreiras, 1998; D’Araujo; Castro; Soares, 1995).

---

15 A Carta do Rio de Janeiro é um documento sobre a anistia apresentado na ABI pela Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM) e endereçado publicamente à Presidência da República, em 4 de maio de 2013, quando da audiência pública da CNV relacionada aos militares perseguidos pelo golpe de 1964.

16 Depoimento do coronel Brilhante Ustra, disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jNjRCDjWctI>>.

Nessa linha, há casos de oficiais e praças que se posicionaram contra a tortura, alguns solidários aos presos, outros auxiliando anonimamente. Seguramente, a enorme maioria, estando em serviço desenvolvendo suas atividades normais em unidades militares, nada teve a ver com os desmandos de alguns poucos. Curiosamente, exemplos assim podem ser encontrados em oficiais da linha dura identificados com o regime militar, como o general Sylvio Frota, um crítico da abertura política. Ao contrário de seu antípoda político e ideológico, o ex-presidente Geisel, que avalizou a abertura *lenta gradual e segura*, mas se manifestou favorável à tortura para obtenção de confissões, no sentido de, nas suas palavras, se evitar “o mal maior” (Geisel apud D’Araujo; Castro, 1997, p. 225). Já o posicionamento de Frota contrário a essas práticas é reconhecido entre seus pares (D’Araujo; Castro; Soares, 1994; p. 67, 105, 141, 175, 274), havendo inclusive casos de militantes de esquerda que foram salvos por sua intervenção direta. O caso mais conhecido é o do coronel Vicente Sylvestre, da Polícia Militar de São Paulo (Frota, 2006, p. 221).

Como ele, houve outros oficiais que assim se posicionaram, pagando inclusive o preço da reforma em suas carreiras. Relatos e posturas podem ser identificados em oficiais como o coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro, que inicialmente teve a missão de investigar a explosão do Riocentro, mas foi logo afastado por não concordar em realizar uma farsa de investigação (Bierrenbach, 1996, p. 28); ou o coronel Elber Mello Henriques, oficial a quem deve a vida o jornalista Flávio Tavares, um dos 15 prisioneiros políticos banidos do Brasil em troca da libertação do embaixador americano sequestrado (Tavares, 2005); e também o coronel Jacinto Melo cujo gesto respeitoso ao apertar a mão do comandante militar da Guerrilha de Caparaó, Amadeu Felipe da Luz, já rendido com seu grupo, gesto amplamente publicizado pela imprensa, não somente causou irritação ao governo militar brasileiro, como serviu para salvar a vida daqueles combatentes (Costa, 2007, p. 224).

Em 1978, portanto já com a abertura política, o general Octávio Costa, no comando da 6ª RM, em Salvador, recebeu uma inusitada, para não dizer suspeita, ordem do E2 (Seção de Informações do Exército), no sentido de efetivar a Operação Gaiola, ou seja, a prisão de todas as lideranças estudantis. Desconfiado que a ordem não refletia a orientação de seu comandante, Costa exigiu que a mesma fosse dada por escrito, porém com a firme convicção – por princípio – que não a cumpriria, se assim fosse formalizada, mesmo sabendo dos riscos para sua carreira militar (D’Araujo; Castro; Soares, 1994, p. 275). A ordem por escrito nunca veio, mas não se sabe se os reflexos dessa atitude tiveram consequências maiores. Coincidência ou não, o general Octávio Costa, liberal de formação, brilhante intelectual, e oficial cujo profissionalismo nunca foi objeto de questionamento, não chegou a general de Exército.

Casos como esse de duplicidade de comando não eram incomuns, mesmo na fase terminal do regime militar. Numa entrevista ao *Jornal do Brasil*, em março de 1999, o ex-capitão Dalton Roberto de Melo Franco alegou ter sido punido por não aceitar participar do atentado, em 1989, contra o memorial projetado por Oscar Niemeyer na Companhia Siderúrgica Nacional. Como membro das Forças Especiais, e ali infiltrado para vigiar os líderes da greve, o oficial relata que recebeu ordem de seu superior, o então coronel Álvaro de Souza Pinheiro, para explodir o monumento, porém, diante de sua recusa, até pelo fato dela não ter sido

dada por escrito, foi excluído da operação, e posteriormente expulso do Exército. Há, seguramente, outros militares que intervieram e ou tiveram essa linha de conduta, muitos deles simples praças, anônimos em sua maioria.

Esse debate não se esgota com esses apontamentos, mas demonstra uma polêmica que escapa a maniqueísmos, entre outros equívocos. Um deles, talvez o mais significativo, é comumente levantado por setores militares da reserva, a maioria abrigada no Clube Militar, ou mesmo por alguns órgãos de imprensa. Refere-se à tese de que a CNV deveria investigar os dois lados da moeda, isto é, os crimes cometidos também por militantes de esquerda que atuaram na resistência armada.<sup>17</sup> Do ponto de vista jurídico, não cabe essa reflexão, mas politicamente, em a “Violência do oprimido”, capítulo de *Combate nas trevas*, Jacob Gorender assim se manifesta:

Se quiser compreendê-la na perspectiva da história, a esquerda deve assumir a violência que praticou. O que em absoluto fundamenta a conclusão enganosa e vulgar de que houve violência de parte a parte e, uns pelos outros, as culpas se compensam. Nenhum dos lados julga pelo mesmo critério as duas violências – a do opressor e do oprimido. É perda de tempo discutir sobre a responsabilidade de quem atirou primeiro. A violência original é do opressor, porque inexiste opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta (Gorender, 1987, p. 269).

Há outro questionamento sobre a *violência do oprimido*: qual foi o crime ou ação que não foi devidamente investigado? Voltemos a tempos distantes como o caso Elza Fernandes, de 1935, o mais conhecido; e no pós-1964, o atentado em Recife no Aeroporto de Guararapes ou a explosão no II Comando do II Exército em São Paulo. Em todos esses casos, militares como militantes de outras categorias sociais foram condenados; alguns cumpriram pena, inclusive por crimes que não cometeram, e isso consta nos processos. É história, mas também o presente, e pode ser corroborada por vasta literatura.

O segundo equívoco, talvez o principal, refere-se ao total desconhecimento sobre o papel e as atribuições da CNV. Entre eles, o de associar a Comissão enquanto uma comissão de governo, e não de Estado, esquecendo ou omitindo que a mesma foi objeto de sanção pelo Congresso Nacional. Outro remete às suas atribuições. Na Exposição de motivos que fundamentou a lei n. 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, está posto que o “Estado brasileiro por seus agentes públicos cometeu graves violações em detrimento da pessoa”. Por essa razão, a CNV deve cuidar exclusivamente de averiguar os fatos consumados por agentes públicos. Com a edição da lei n. 9.140/1995, cujo ciclo normativo a lei n. 12.528/2011 encerra, o Estado brasileiro reconhece como mortos, por seus agentes públicos,

---

<sup>17</sup> Ver Militares criticam Comissão da Verdade em ato comemorativo ao golpe militar. *O Globo*, 28/3/2013; Comissão da Verdade não investigará crimes de militantes de esquerda: somente condutas atribuídas a agentes públicos ou a serviço do Estado serão examinadas. *O Globo*, 17/9/2012; Comissão da Verdade abre diálogo com militares: reunião com os comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica foi sigilosa. *O Globo*, 5/1/2013.

“pessoas que tenham participado ou tenham sido acusadas de participação em atividades políticas” (artigo 1º da lei n. 9.140/1995).

Quanto a esse aspecto, ainda sobre as atribuições da CNV, mais uma vez resgatamos Gorender, desta feita avaliando a *violência do opressor*. Sob todos os ângulos, não cabem comparações entre esta última e a *violência do oprimido*, pois há situações inusitadas no pós-1964 que revelam a impotência de muitos militares ao confrontar situações de duplicidades de comando na repressão.

Nem mesmo as relações familiares de alto nível no meio militar conseguiam aliviar a situação dos suspeitos de subversão. Generais nada podiam fazer sequer em favor de parentes, se porventura quisessem fazer alguma coisa. Até uma personalidade de tanta influência quanto o general Cordeiro de Farias ficou impotente, à época do governo Médice, para abrandar a situação de Lúcia Murat, filha de uma prima, presa no Doi/Codi do Rio de Janeiro. Somente no governo Geisel é que Cordeiro de Farias dirigiu um apelo ao general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, ministro do STM, em favor de Lúcia (Gorender, 1987, p. 257).

Os dados, no entanto, são preliminares, para não dizer ainda inconclusivos. Na fase inicial da redemocratização em 1946, houve várias tentativas de investigar os crimes do Estado Novo. Tendo à frente os esforços de um ideologicamente insuspeito deputado constituinte da UDN, Euclides Figueiredo, general rebelde dos anos de 1930, pai do último presidente do regime militar, João Figueiredo, e com apoio de alguns parlamentares, instalou-se em 1946 uma primeira Comissão encarregada de examinar os serviços do Departamento Federal de Segurança Pública, contudo sem resultado prático maior. Pouco tempo depois, instalou-se uma segunda, intitulada Comissão de inquérito sobre os atos delituosos da ditadura, que até produziu consistentes denúncias sobre torturas, mas sem efeito punitivo.

Não muito tempo depois desses acontecimentos, muitos sargentos foram absolvidos nas lutas dos anos de 1950, mas não puderam retornar à caserna, cujo cenário de prisões e torturas veio à tona com a publicação, em 1953, dos *Depoimentos esclarecedores sobre os processos militares*, um relato pormenorizado que demonstrava, já na época, os parcos avanços no quesito justiça. O documento, no entanto, constituiu-se em uma memória reveladora sobre a perseguição aos militares:

Esse não foi o epílogo de um longo processo de impunidade relacionado a esses militares. Na verdade, com a repressão do pós-1964, tivemos cinquenta mil pessoas atingidas, a maioria com passagens nas prisões por motivos políticos; milhares de presos, cerca de vinte mil, submetidos à tortura física. Houve pelo menos 360 mortos, incluindo 144 dados como desaparecidos, 7.367 acusados, 10.034 atingidos na fase de inquérito em 707 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional, 4.862 cassados (Perfil dos atingidos, 1987; Alves, 2005; Machado, 2006).

Citando mais um equívoco, aventou-se a possibilidade de que a CNV deveria investigar o destino das expropriações advindas de assaltos a bancos, carros fortes, ou mesmo o dinheiro do cofre de Adhemar de Barros. Sem dúvida, há um componente de ingenuidade nisso, dada a dificuldade de se investigar casos como esses, mesmo dentro de um cenário democrático.

Inegavelmente, o dinheiro ali encontrado deveria ser investigado inclusive a sua origem; ou até mesmo recursos originários de grupos privados empresariais que financiaram o aparelho repressivo, porém, pelo tempo passado, trariam mais constrangimentos que resultados, o que talvez inviabilizasse a investigação. Isso não é somente história, é a contemporaneidade da política, *que o diga os jovens que estão nas ruas*.

Aos que defendem essa tese, vale dizer que um constrangimento a mais pode vir à tona. A despeito das dificuldades de se investigar a contabilidade de uma organização clandestina, consta que parte desse dinheiro ficou com agentes da repressão. Basta investigar como alguns torturadores ficaram bem de vida, alguns atuando com sucesso em empresas de segurança, outros em atividades ligadas ao Esquadrão da Morte, e outros ainda como conhecidos chefões do jogo do bicho, aliás, em sua maioria, condecorados com a Medalha do Pacificador, a mais alta comenda do Exército brasileiro em tempos de paz (D'Araujo; Castro, 1997, p. 154; Gaspari, 2002, p. 65).

Por fim, uma falsa polêmica é a de que a CNV tem por objetivo a revisão da Lei da Anistia. É de domínio público a posição individual dos comissários sobre a questão da revisão ou não da anistia, mas é consensual que o processo de revisão não faz parte de suas atribuições, embora a CNV possa recomendar ao final dos trabalhos, a abertura de processo contra torturadores, dada a nova jurisprudência sobre a matéria. Concretamente, tramita na Câmara dos Deputados, um projeto de revisão da Lei de Anistia patrocinada pela deputada Luiza Erundina, questionando a validade da anistia aos torturadores, leia-se, crimes conexos. A própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com mais uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), objetivando rever esse dispositivo, desta feita com o argumento de que tortura é crime contra a humanidade, portanto imprescritível. Mas são movimentos advindos do Congresso Nacional, da sociedade civil, ou mesmo de pressões de fóruns internacionais.<sup>18</sup>

Entretanto, sobre a polêmica questão da tortura, cabe sim *separar o joio do trigo*, até porque as próprias Forças Armadas tiveram essa atenção com os torturadores, embora não explicitamente enquanto política de promoção, particularmente ao último posto na carreira. Salvo o brigadeiro Burnier ou o general Ibiapina no Exército, para citar somente dois nomes de oficiais que já eram generais ou foram promovidos nesse período, não consta que outros militares identificados com tortura tivessem alcançado o generalato. No máximo, chegaram a coronéis, condenados de certa forma ao ostracismo pela própria instituição.

Todavia, há que ressaltar o seguinte: o trabalho em curso pela CNV tem por objetivo pavimentar pontes de diálogo entre os militares e a sociedade civil; leia-se, remete fundamentalmente a um projeto de nação na linha das teses de Nelson Werneck Sodré; e opera no res-

---

<sup>18</sup> Ver artigos: Luiza Erundina: por uma autêntica interpretação, *Folha de São Paulo*, 25/5/2013; Luiza Erundina: por que é indispensável a revisão da Lei da Anistia, *Le Monde Diplomatique Brasil*, 16/10/2011; Governo não irá 'interditar' debate sobre Lei da Anistia, *O Globo*, 23/10/2013; Para OAB, anistia a crime de tortura é inconstitucional, *DCI*, 9/5/2013; STJ julga se Lei da Anistia é válida para torturadores, *Folha de São Paulo*, 16/10/2013. Ver também Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2013.

gate dessa história, bem como de uma memória que muito dignifica as Forças Armadas, algo que precisa ser conhecido pelas novas gerações de militares, bem como pela sociedade civil.

Seguramente, esse é um dos objetivos, que não passa pela ideia de revanchismo, mas sim conflui com esse resgate enquanto um ponto de partida para uma nova história, bem como para o fortalecimento do Estado democrático de direito. Talvez, como ressaltado na introdução deste ensaio, o final dos trabalhos propiciará muito mais um ponto de partida do que de chegada. Ainda assim, ao atentarmos para essa compreensão e com esse objetivo, decididamente, esse esforço confluirá na percepção de um projeto de nação para o futuro; se não, no limite, para “não desejarmos a volta do que já passou”, expressão poética de nossa saudosa Cora Coralina; ou, noutra frase, cuja autoria é desconhecida, mas transcende fronteiras como um desafio para o futuro: *Nunca mais*.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.

ARGOLO, José Amaral. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

BIERRENBACH, Júlio de Sá. *Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?* Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: censura, repressão e resistência. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 237-267, jul. 2013.

CARDOSO, Raquel Motta. *Depois do Golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. 2008. Dissertação (Mestrado), de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARLONI, Karla Guilherme. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas militares de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CONTREIRAS, Hélio. *Militares: confissões*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Sentença. A condenação do Estado brasileiro no caso Araguaia. Audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, 2013.

COSTA, José Caldas. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan; Fapesp, 2002.

\_\_\_\_\_. Militares e a anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (org.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994a.

\_\_\_\_\_. *Os anos de chumbo: a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.

\_\_\_\_\_. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEPOIMENTOS esclarecedores sobre os processos militares, v. 1 e 2. Rio de Janeiro: s. ed., 1953.

FERRAZ, Francisco César. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). *Um ano de comissão da verdade: contribuições críticas para um debate público*. Rio de Janeiro: ISER, 2013.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Editorial, 2010.

MACHADO, Flavia Burlamaqui. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Edufscar, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.

MORAES, Dênis. *A esquerda e o Golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES, João Quartim. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PARUKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos em Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PENNA, Lincoln (org.). *Manifestos políticos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

PERFIL DOS ATINGIDOS. Mitra arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987.

PROENÇA, Ivan Cavalcante. *O golpe militar e civil de 64: 40 anos depois*. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 2013.

SANT'ANNA NETO, Emílio José. *Esquerda militar: a trajetória dos sargentos nacionalistas cassados pelo Golpe de março de 1964*. Projeto experimental, sob a orientação do prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente, ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura,

Artes e Comunicação, da Unesp, para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, 2005.

SILVA, Ricardo Santos. *Os não anistiados: os militares da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil*. 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

SOARES, Samuel Alves. *As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978. Coleção Depoimentos, v. 4.

\_\_\_\_\_. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TÉRCIO, Jason. *A espada e a balança: crime e política no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Expressão Popular, 2007.

---

Recebido em 5/12/2013

Aprovado em 20/12/2013